

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no estado da Paraíba: avanços e desafios

Tatiana Losano de Abreu

tatiana.abreu@ifpb.edu.br. IFPB - Guarabira

RESUMO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) surge em 1996 como política pública de incentivo ao desenvolvimento da pequena produção rural, buscando o seu fortalecimento. No decorrer da sua existência, o Programa passou por diversas alterações, com o objetivo de sanar suas dificuldades operacionais. Mesmo assim, diversos problemas são indicados por autores da área. A presente pesquisa tem como objetivo contribuir com este debate, a partir da análise do desenvolvimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no decorrer dos anos. Buscou-se, para isso, estudar os avanços e desafios enfrentados pelo Programa para garantir a sustentabilidade dos agricultores familiares brasileiros, com destaque para os agricultores do Nordeste, em especial os do estado da Paraíba. Para tanto, foi realizada uma ampla pesquisa literária e coleta de dados. Foi possível concluir que houve avanços operacionais, principalmente no que tange à disponibilização de linhas de crédito, mas ainda é preciso avançar na reflexão sobre a influência deste Programa sobre o modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Palavras-chave: Pronaf. Agricultura Familiar. Paraíba.

ABSTRACT

The National Program for Strengthening of Family Farming (Pronaf) arises in 1996 as a public policy to encourage the development of small rural production, seeking its strengthening. Throughout its existence, the program has suffered several changes in order to solve their operational difficulties. Nevertheless, numerous problems are appointed by authors from the area. This research aims to contribute to this debate by analyzing the development of the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF) over the years, trying to analyze its advances and its limitations to ensuring the sustainability of Brazilian farmers, prominently in farmers in the Northeast and the state of Paraíba. To this end, an extensive literature research and data collection was performed. It was concluded that there were operational improvements, especially regarding the availability of credit lines, but it is still necessary to advance the reflection on the influence of this program on the development model of Brazilian rural areas.

Keywords: Pronaf. Family Farming. Paraíba.

1 Introdução

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) consiste em uma política pública que se propõe a incentivar o desenvolvimento econômico dos municípios via fortalecimento da pequena produção. Seu surgimento foi resultado das diversas reivindicações dos movimentos sociais e sua consolidação representou avanço no que tange às políticas públicas para o meio rural.

Na atualidade, todas as políticas públicas voltadas à agricultura familiar estão inseridas ou tangenciam o arranjo institucional do Pronaf. Este Programa é considerado, até certo ponto, um grande avanço no entendimento da agricultura familiar como um sistema organizativo da produção. Antes dele, discutia-se a necessidade de políticas públicas específicas para o homem e a mulher do campo. Após 1996, ano em que o Programa foi criado, a discussão que se coloca em pauta é a avaliação cotidiana de seus resultados e de sua prática e a procura por entendimento dos seus desafios, com o intuito de aprimorar a sua intervenção.

Esta avaliação adquire substancial importância em realidades sociais em que a agricultura familiar é predominante. No Brasil, 88% dos estabelecimentos agropecuários foram identificados, pelo Censo Agropecuário de 2006, como de agricultura familiar, ocupando apenas 32% de área e sendo responsável por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Do total dos estabelecimentos de agricultura familiar brasileiros, 47% situam-se no Nordeste. Já na Paraíba, 92% dos estabelecimentos totais do estado são enquadrados como pequena produção familiar. Destaca-se que esses agricultores foram responsáveis por 58% do valor total da produção do estado em 2006 (IBGE, 2009).

Desde o seu nascimento, o Pronaf sofreu diversas alterações para tentar sanar as dificuldades operacionais e aumentar a acessibilidade do seu público-alvo. Mesmo assim, observa-se que uma parte dos recursos disponibilizados não é aplicada efetivamente, como constatou o Ministério de Desenvolvimento Agrário (*apud* NUNES, 2007). Além disso, alguns autores evidenciam que há dificuldades de liberalização do crédito pelos bancos e que o alto nível de inadimplência não é exceção (CAZELLA, CAPELLESCO, STROPASOLAS, 2009; SCHRODER, 2010). Além disso, alguns pesquisadores, como Aquino e Schneider (2010) e Mattei (2010), consideram

que o Pronaf, a despeito de suas reformulações, ainda mantém um viés concentrador e privilegiador, não atingindo o seu potencial de intervenção sobre a desigualdade regional existente no meio rural brasileiro.

O presente artigo buscou investigar o desenvolvimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no decorrer dos anos, com ênfase nos avanços e desafios enfrentados pelo Programa para garantir a sustentabilidade dos agricultores familiares paraibanos. A seguir, é exposta a metodologia empregada neste estudo; depois, são apresentados os aspectos históricos da evolução do programa, a discussão e os resultados da pesquisa, além das considerações finais.

2 Metodologia

O arcabouço metodológico empregado nesta pesquisa foi "híbrido". Do ponto de vista quantitativo, foram coletados dados registrados em sites oficiais, como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), além de dados oficiais disponibilizados pelo Banco de Fomento de Crédito do Estado. A análise desses dados se deu a partir da utilização de estatística descritiva, tabelas de frequência e tabulações. Os procedimentos foram formatados a partir do programa Microsoft Excel 2010[®] como também do pacote *Statistical Package For The Social Science (SPSS)*[®], Versão 14.0.

Do ponto de vista qualitativo, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica que permitiu maior entendimento da estrutura organizacional do Programa. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as representações ligadas aos agricultores familiares da Paraíba, possibilitando uma visão mais concreta das limitações e dificuldades operacionais do Programa. Foram entrevistadas as seguintes representações: um representante de banco de fomento de crédito (Banco do Nordeste); um representante da instituição responsável pela assistência técnica (Emater); e um representante sindical (Sindicato dos Trabalhadores Rurais). O roteiro de entrevista contou com a previsão de 13 (treze) perguntas, elaboradas pela autora, que abordou questionamentos referentes à caracterização dos agricultores familiares segundo a vivência dos entrevistados; à descrição do Pronaf segundo a vivência dos entrevistados; à problematização acerca dos avanços e desafios do Pronaf; à

importância da agricultura familiar para a região; e às propostas de aperfeiçoamento do Programa.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para minimizar a perda de informações e garantir o entendimento real da opinião dos entrevistados¹.

3 PRONAF: surgimento e evolução

As décadas de 60 e 70 são consideradas marcos para o meio rural brasileiro, pois, neste período, as políticas públicas provocaram mudanças profundas na agricultura, como resultado da constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs), que, na prática, representou um novo padrão de desenvolvimento agropecuário, orientado fundamentalmente no incremento da produção por meio do aumento da produtividade (SILVA, 1996). A disponibilidade de crédito farto e barato foi uma das principais ações direcionadas à agricultura, mesmo que distribuído de forma desigual, na medida em que beneficiava principalmente os grandes produtores (GASQUES, 2001). Este constituiu o processo de modernização agrícola brasileiro, que se intensificou na década de 70 e se consolidou na década de 90, alterando o mercado de trabalho agrícola e tornando sua produção subordinada aos interesses da cadeia produtiva como um todo. Lamarche (1993) destaca que, como consequência desse processo, uma grande parcela da 'pequena produção' foi marginalizada e acabou conservando características tradicionais, como a dependência sobre a grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza e a extrema mobilidade espacial.

Enquanto que o Sul do país é considerado, pelo autor (LAMARCHE, 1993), como região exemplar, para mostrar a produção familiar integrada aos complexos agroindustriais, o Cariri da Paraíba apresentou, na década de 80, graves problemas estruturais, do ponto de vista climático e do ponto de vista socioeconômico. O meio rural paraibano era caracterizado pela preponderância de grandes propriedades e de relações tradicionais de trabalho. A pequena produção ocupava um espaço exíguo entre os latifundiários e estava a serviço deles, que possuíam o controle da esfera política e manipulavam o aparelho estatal (LAMARCHE, 1993).

O perfil seletivo e concentrador da modernização agrícola, via desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais, manteve-se forte até o final da década de 80, quando este tema surge nas pautas de mobilizações sociais, que passam a reivindicar, principalmente, linhas de crédito rural direcionadas à pequena produção. Na prática, já se questionava o perfil da modernização agrícola incentivado nas décadas anteriores.

O surgimento do Pronaf, em 1996, a partir do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, é resultado de diversas reivindicações populares. Destaca-se a importância das Jornadas Nacionais de Luta (com ênfase no II Grito da Terra Brasil), organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag), e das pressões exercidas pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT). Muller (2007) e Tolentino (2013) ratificam que os estudos realizados pela Foa/Incrá, no início da década de 90, também foram importantes para a institucionalização do Pronaf, pois ali foi dado um status conceitual à agricultura familiar e foram estabelecidas as diretrizes de ações governamentais que deveriam servir de base para políticas direcionadas aos agricultores familiares. Na verdade, esses estudos iniciaram-se pouco tempo após a publicação do relatório "Brasil: o gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais", de autoria do Banco Mundial (BM).

O PRONAF surge, nesse contexto, objetivando:

Promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL *apud* MULLER, 2007).

Esse Programa pretende, desse modo, "combater as desigualdades que marcaram as estratégias tradicionais voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura brasileira" (AQUINO; TEIXEIRA, p. 65, 2005). Pires (2014, p. 6) corrobora com o potencial do programa:

O PRONAF, enquanto política de estímulo ao desenvolvimento rural tem por objetivo quebrar a inércia produtiva das unidades de produção familiares que, historicamente, estavam enraizadas em uma economia tradicional e de

1 Destaca-se que os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), declarando ciência dos objetivos da pesquisa e de sua contribuição voluntária e anônima.

subsistência, e construir em suas ruínas uma nova estrutura econômica e social enraizada em um modo de produzir Moderno.

Para atingir as audaciosas metas, o Pronaf foi dividido em eixos de ação, como: o Pronaf Infraestrutura (ou Pronaf-M), o Pronaf Crédito (ou Pronaf-C) e o Pronaf Capacitação.

Apesar da estrutura completa, já no período de seu surgimento existia o entendimento que o problema principal do agricultor familiar era o elevado custo e a escassez de crédito. Desse modo, o Pronaf-C foi delegado como o carro chefe das políticas pronafianas, tornando-se o principal instrumento de promoção do 'novo padrão de desenvolvimento sustentável'. De fato, antes do Pronaf, o agricultor familiar era enquadrado como miniprodutor, percorrendo a mesma rotina bancária que os outros produtores para solicitar alguma linha de crédito, que era, sem exceção, voltada para o grande produtor (AQUINO; TEIXEIRA, 2005).

Como parte da estrutura organizativa do Programa, as Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Daps) permitem a classificação dos agricultores em grupos de beneficiários. Essa classificação sofreu alterações no decorrer dos anos, com o objetivo de adaptar o programa à realidade dinâmica da pequena produção brasileira. Na atualidade, os agricultores familiares são classificados, a partir das Daps, de acordo com as características citadas a seguir (BACEN, 2014):

- a) O Grupo A é composto por agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operações de investimento sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (ProCera) ou crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf; aqueles que não detêm, sob qualquer forma de domínio, área de terra superior a um módulo fiscal; e aqueles que receberam, nos doze meses que antecederam a solicitação de financiamento, renda bruta anual familiar de, no máximo, R\$ 14.000;
- b) O Grupo B é composto por agricultores que exploram parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissio-

nário de áreas públicas; aqueles que residem na propriedade ou em local próximo; aqueles que não contratam trabalho assalariado permanente e que não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; agricultores que obtenham, no mínimo, 50% da renda familiar com a exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e aqueles que obtêm renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00 (MDA, 2014), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

- c) O Grupo A/C é composto por agricultores familiares assentados pelo PNRA ou PNCF, que ainda irão ingressar no Grupo A;
- d) O Grupo Agricultores Familiares (ou grupo variado²) é composto por aqueles com as mesmas características listadas para o Grupo B, mas que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$ 360.000, considerando, nesse limite, a soma de 100% do Valor Bruto de Produção, 100% do valor da receita de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

A partir da classificação dos agricultores familiares, surgiu o Programa AgroAmigo, executado pelo Banco do Nordeste (BNB) com recursos do microcrédito produtivo rural, ou Grupo B do Pronaf. O AgroAmigo iniciou efetivamente em 2005 com a proposta de melhorar o perfil socioeconômico do agricultor familiar do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, regiões onde o BNB é atuante. O programa busca garantir a maior proximidade do assessor de microcrédito com o camponês, a partir dos recursos do Tesouro Nacional, dos Fundos Constitucionais das três regiões. Na prática, é oferecido bônus de adimplência sobre as parcelas pagas até a data do vencimento, além de ofertar taxas de juros baixas (MDA, 2015).

Para além do acesso ao crédito, outras modificações foram presenciadas com o passar dos anos,

2 Como foi chamado pelos entrevistados.

buscando ampliação das políticas oferecidas, como: Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem Rural etc.

Schroder (2010, p. 3) argumenta que

Foi crucial a diversificação do repertório dos planejadores para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao meio rural, especialmente a partir de certa permeabilidade do campo político-institucional ao conjunto diverso de interesses econômicos e sociais abrigados nesse espaço.

Schroder (2010) ainda destaca que a oferta de políticas públicas para a agricultura familiar pauta-se não só nas DAPs e na facilitação de linhas de crédito mas também em instrumentos:

- que asseguram a produção e a renda diante de imprevistos e flutuações nos preços de mercado, como: o Seguro da Agricultura Familiar; o Programa de Garantia de Preços; e o Programa Garantia safra;
- de comercialização, como: o Programa de Aquisição de Alimentos; o Programa Alimentação Escolar; o Programa de Produção e Uso de Biodiesel; e o Selo da Agricultura Familiar³;
- de apoio à gestão territorial, buscando investir na infraestrutura e em serviços nos territórios selecionados, com o objetivo de dinamizar as economias rurais e fortalecer redes de cooperação e gestão social.

De fato, o Pronaf, na atualidade, é o “carro chefe” da Secretaria de Agricultura Familiar, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujos eixos de atuação são: combate à pobreza rural; segurança e soberania alimentar; sustentabilidade dos sistemas de produção; geração de renda e agregação de valor⁴.

É importante lembrar que muitas ampliações do Programa foram fruto de pressões sociais. Principalmente a partir dos anos 2000, organizações sociais passaram a reivindicar políticas para além do crédito e da assistência técnica. Naquele momento,

já se tinha o entendimento de que era necessário também adquirir meios de comercialização e acesso ao mercado, além de começarem a enfatizar nas reivindicações outros dilemas, relacionados a questões de gênero, etnia e de produção alternativa, como a agroecologia (MULLER, 2007).

O surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi um avanço no sentido de garantir a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar⁵. O PAA foi instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, tornando-se uma das ações estratégicas para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do Programa Fome Zero.

Em relação ao auxílio técnico, a Secretaria de Agricultura Familiar, a partir do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), desenvolveu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA, 2004). Segundo este documento, as Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nasceram a partir das críticas à Revolução Verde e com o intuito de desenvolver o meio rural com vistas no desenvolvimento sustentável. Como consta no documento, em 2004 já pretendia-se

Estimular a produção de alimentos sadios e de melhor qualidade biológica, a partir do apoio e assessoramento aos agricultores familiares e suas organizações para a construção e adaptação de tecnologias de produção ambientalmente amigáveis, e para a otimização do uso e manejo sustentável dos recursos naturais. (MDA, 2004, p. 9).

Os recursos para o cumprimento das diretrizes da ATER estavam previstos a partir da inclusão no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento Geral da União (OGU), além da responsabilidade ao Dater/SAF/MDA de identificar, captar e alocar recursos de outras fontes.

Mattei (2010) sintetiza os principais avanços encontrados após a efetivação do Pronaf: a criação de organizações e instâncias de representatividade que aproximaram as esferas nacional, estadual e local; o fomento de canais de participação da sociedade civil na elaboração e implementação de novas políticas públicas, combatendo o isolamento tradicional das

3 A comercialização também é incentivada por meio da organização de feiras de agricultura familiar, que, na Paraíba são organizadas pelos próprios pronafianos com o apoio da Emater.

4 Mais informações em: www.mda.gov.br.

5 Apesar desse avanço, é persistente a visão de que o PAA passou a ser valorizado como uma ação de assistência a quem recebe os alimentos, dando pouca importância àqueles que produzem (MULLER, 2007).

comunidades rurais; a grande expansão da produção agropecuária; a ampliação do volume líquido de crédito; o aumento do nível de emprego local, da arrecadação tributária local e do PIB geral e setorial dos municípios; e a ampliação da conscientização dos agricultores familiares.

Apesar dos esforços orçamentários para a ampliação do programa e dos reconhecidos avanços, os desafios do Pronaf são evidentes. Aquino e Teixeira (2005) alegam que os recursos financeiros efetivamente liberados pela política de crédito do Pronaf são menores do que a quantia anunciada publicamente pelo governo. A Tabela 1 permite constatar esta realidade entre os anos de 1999 e 2006.

Outros autores, como Cazella, Capellesco e Stropasolas (2009) e Schroder (2010), evidenciaram que a

liberalização de crédito pelos bancos não é facilitada, mesmo com a disponibilização de recursos. Na verdade, os bancos realizam uma filtragem dos beneficiários pelo crédito, já que, além da DAP, o agricultor precisa elaborar, com ou sem intermédio da Emater, um projeto de viabilização do investimento que pretende realizar. O projeto precisa ser aprovado para posterior liberalização do recurso. “Frequentemente, nem todos os produtores enquadrados no programa conseguem elaborar os projetos; da mesma forma, nem todos os projetos elaborados são contratados” (AQUINO; TEIXEIRA, 2005, p. 76). Os bancos ainda exigem garantias (como: hipoteca do imóvel, avalista etc.) que excluem posseiros, assentados e produtores com baixas condições financeiras.

Tabela 1 – Valores anunciados e aplicados no Pronaf (R\$ mil) entre 1999 e 2006

Ano-Safra	Valor Programado	Valor Aplicado	Aplicado/ programado (%)
1999/2000	3.460.000	2.149.434	62%
2000/2001	4.040.000	2.168.486	54%
2001/2002	4.196.000	2.189.275	52%
2002/2003	4.190.000	2.376.465	57%
2003/2004	5.400.000	4.490.478	83%
2004/2005	7.000.000	6.131.600	88%
2005/2006	9.000.000	7.579.669	84%

Fonte: MDA/SAP (apud NUNES, 2010).

A justificativa para a limitação do acesso aos recursos provenientes do Pronaf é o receio do banco diante do aumento do grau de inadimplência. De fato, o alto grau de inadimplência é inequívoco, mas o próprio programa possui mecanismo de controle do nível de inadimplência a partir da suspensão dos contratos em municípios em que 15% ou mais dos financiados estejam com atrasos ou se forem registrados 50 ou mais contratos nesta condição (MDA, 2015). Este mecanismo, porém, não alcança a origem do problema. Lauro Mattei (2005), ao analisar os impactos do Pronaf, também atestou a dificuldade que o governo enfrenta para fazer chegar o dinheiro ao necessitado, mesmo que o risco da operação seja minimizado pela União. Esta realidade torna-se uma das razões pelas quais o número de tomadores de crédito ainda continua baixo diante do potencial existente.

Em relação à assistência técnica disponibilizada pelo Pronaf, Pereira (2004, p. 34) destaca a importân-

cia desses serviços para gerar “uma certa mudança que desfaz a situação de equilíbrio em que se encontra o indivíduo e a comunidade, levando o indivíduo a adotar a novidade”. O mesmo autor, ao estudar os aspectos qualitativos da assistência técnica praticada para o desenvolvimento rural brasileiro, constata que a assistência técnica e a extensão rural como aparato do Estado não foram introduzidas para conscientizar as pessoas do campo sobre sua realidade, mas para ser um instrumento de desenvolvimento capitalista.

Mattei (2010) destaca outros elementos que limitam o Pronaf, além da assistência técnica e da prática do sistema de crédito. Na sua concepção, os planos de desenvolvimento rural, discutidos e aprovados especialmente na linha temática da infraestrutura, praticamente se limitaram a encaminhar ações do Programa, não conseguindo intervir no debate sobre os rumos do desenvolvimento rural, tornando o programa frágil para promover mudanças para além da

esfera da agricultura. Destaca-se também a limitação em relação à questão ambiental, impossibilitando a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Pires (2014, p. 7) estudou as implicações do processo de modernização conservadora, ocorrido no Brasil a partir da década de 60, para a estrutura de oferta de crédito do Pronaf, e constatou que a distribuição do crédito não é neutra entre os produtores rurais, “Isto porque distribui de forma assimétrica e regressiva os recursos do PRONAF entre os seus grupos constituintes, não resolvendo, portanto, o problema central do desenvolvimento”. Sua pesquisa evidenciou que, no período compreendido entre os anos 2000 e 2010, as categorias Pronaf B e Agricultura Familiar aglutinaram mais de 80% dos pronafianos. A execução da política de crédito, porém, beneficia, em grande parte, os agricultores familiares que já estão inseridos no mercado, ou seja,

Há uma predominância na execução da política pública para aquelas parcelas de agricultores familiares que já apresentam condições objetivas e suficientes para garantir certo grau de modernização de suas unidades de exploração (...) Conforme os dados da pesquisa, este grupo (PRONAF B) aglutinou quase 7% do valor total dos contratos de empréstimos no período de 2000 a 2010. Em contraposição, o grupo PRONAF Agricultura Familiar, que apresenta maior inserção nos mercados capitalistas, para o mesmo período, concentrou 84% deste crédito. (PIRES, 2014, p. 12-13).

Aquino e Schneider (2010), além de corroborarem com o entendimento do viés concentrador e privilegiador que marca a política de crédito do Pronaf no decorrer de sua trajetória histórica, ainda defendem que o Programa não tem conseguido avançar no direcionamento da política de financiamento agrícola a favor de um padrão de desenvolvimento rural mais equitativo e equilibrado ambientalmente, já que a inovação institucional promovida pelo Pronaf não é suficiente para fortalecer um novo padrão de desenvolvimento no campo brasileiro, e essa limitação é resultado da própria lógica do programa, que vai além dos seus problemas operacionais.

Tolentino (2013, p. 23) também acredita que os desafios do Pronaf vão além dos problemas operacionais e afirma que “apesar de seu objetivo ‘bem intencionado’, o programa guardava uma determina-

da interpretação do campo brasileiro que foi alvo de polêmicas desde o seu início”.

Na concepção do autor supracitado, o Pronaf representa uma alteração qualitativa na importância do agricultor familiar no Modo de Produção Capitalista.

Não esqueçamos que, apesar de o PRONAF ter contado com o esforço de grupos e movimentos que agem nacionalmente, este programa conta com premissas que partem de instituições como o Banco Mundial, utilizando uma verdadeira estratégia para subjugar o campesinato ao movimento do capital. Tal instituição, por sua vez, preza pela lógica redutora do economicismo, o que também ocorre com o PRONAF. (TOLENTINO, 2013, p. 33)

Neste ponto, a diferenciação entre política agrícola e política agrária, desenvolvida por Muller (2007, p. 40), merece especial atenção para o entendimento da crítica que os autores citados até o momento retemem ao Pronaf:

A política agrícola é constituída tanto pelas políticas de mercado (preços, comercialização, crédito) quanto pelas políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura, e de recursos naturais e meio ambiente). A política agrícola pode ter efeitos mais conjunturais, sobre preços e comportamento dos agricultores, e também mais estruturais. A política agrária (...) é uma política estrutural e de longo prazo, fundamental para se desencadear um processo que não se restrinja ao desenvolvimento agrícola, mas também ao desenvolvimento rural sustentado.

4 O PRONAF no estado da Paraíba

O Pronaf tem especial relevância na Região Nordeste, pois é onde se concentra maior parte dos estabelecimentos de agricultura familiar do Brasil, segundo definição e verificação realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do seu Censo Agropecuário (2006). A Tabela 2 mostra a quantidade, área e valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários em nível nacional, especificando a Região Nordeste e também o estado da Paraíba.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos, área, e valor total da produção (agricultura familiar e não familiar)

Número de estabelecimentos agropecuários (2006)								
Brasil			Nordeste			Paraíba		
Total (unidades)	Agricultura familiar (%)	Agricultura não familiar (%)	Total (unidades)	Agricultura familiar (%)	Agricultura não familiar (%)	Total (unidades)	Agricultura familiar (%)	Agricultura não familiar (%)
5.175.636	88%	12%	2.454.060	93%	7%	167.286	92%	8%
Área dos estabelecimentos agropecuários (2006)								
Brasil			Nordeste			Paraíba		
Total (unidades)	Agricultura familiar (%)	Agricultura não familiar (%)	Total (unidades)	Agricultura familiar (%)	Agricultura não familiar (%)	Total (unidades)	Agricultura familiar (%)	Agricultura não familiar (%)
333.680.037	32%	68%	76.074.411	47%	53%	3.787.404	55%	45%
Valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários - em mil reais (2006)								
Brasil			Nordeste			Paraíba		
Total (unidades)	Agricultura familiar (%)	Agricultura não familiar (%)	Total (unidades)	Agricultura familiar (%)	Agricultura não familiar (%)	Total (unidades)	Agricultura familiar (%)	Agricultura não familiar (%)
163.986.295	36%	64%	29.218.651	47%	53%	1.516.754	58%	42%

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

Percebe-se, a partir da Tabela 2, que o meio rural brasileiro continua a ser caracterizado, majoritariamente, pelos agricultores familiares (88%), porém estes ocupam apenas 32% do território e garantem 36% do valor da produção agropecuária nacional. Esta realidade se repete ao analisar a Região do Nordeste. Em nível estadual, no entanto, percebe-se que os agricultores familiares paraibanos não só são maioria, como ocupam maior parte da área rural (55%) e são responsáveis por uma porcentagem substancial do valor total da produção do estado (58%).

Apesar disso, ao analisar a distribuição da terra por hectare, ainda é possível visualizar a sua má distribuição. A Tabela 3 permite observar que 30% dos agricultores paraibanos possuem área com menos de dois hectares.

A capacidade apresentada pela agricultura familiar paraibana, para garantir algumas das condições mínimas para a permanência do agricultor no campo, também se destaca.

Segundo dados do IBGE (2009), disponíveis na Tabela 4, a produção rural tem garantido emprego e renda para mais de 90% da população rural paraibana.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Percentual)

Grupos de Área Total	Grande Região e Unidade da Federação	
	Nordeste	Paraíba
Menos de 2 ha	36,47	30,31
2 a menos de 5 ha	20,16	26,25
5 a menos de 10 ha	12,14	15,71
10 a menos de 20 ha	10,9	12,02
20 a menos de 50 ha	12,04	9,59
50 a menos de 100 ha	4,91	3,51
100 ha e mais	3,38	2,6

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

Tabela 4 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários

Grande Região e Unidade da Federação	Pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas)	Pessoal ocupado na agricultura familiar (Percentual)	Pessoal ocupado na agricultura não familiar (Pessoas)	Pessoal ocupado na agricultura não familiar (Percentual)
Nordeste	6.716.706	87,24	982.432	12,76
Paraíba	434.636	88,64	55.681	11,36

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

Em relação ao histórico “abre alas” do Pronaf, realmente é possível observar crescimento das linhas de crédito dos últimos anos, tanto em nível Nordeste quanto especificamente no estado da Paraíba. Os dados expostos na Tabela 5 foram disponibilizados pelo Banco do Nordeste do Brasil no momento da entrevista. Infelizmente, o banco não autorizou a divulgação de dados referentes ao índice de inadimplência, muito menos os valores ofertados para o crédito (que são diferentes daqueles usados efetivamente pelo agricultor familiar), mas é possível tirar algumas conclusões dos dados que se tem.

Percebe-se, principalmente no comparativo entre as taxas de variação do “valor do contrato” e o “número de operações”, que poucos anos apresentaram taxas de variação negativas, o que significaria um decréscimo das operações entre os períodos. Os anos de 2007 e 2008 constituem exceções sobre a tendência. Após este período, porém, a taxa de crescimento do número de operações e valores dos contratos, em nível Nordeste e Paraíba, mantiveram-se crescentes.

No comparativo entre a evolução do crédito no Nordeste e na Paraíba, percebe-se que o estado tem acompanhado a tendência regional. Evidencia-se, no entanto, que após 2007/2008, quando o crédito voltou a crescer, a Paraíba tem conseguido ocupar uma fatia maior de crédito, crescendo acima da média regional, tanto em relação ao números de operações quanto em relação ao valor dos contratos.

Apesar disso, a taxa de crescimento do valor dos contratos na Paraíba tem-se apresentado superior ao crescimento do números de contratos. Interpreta-se, desta situação, que o valor concedido de crédito para cada operação esta aumentando, muito porque os agricultores atingidos por essas linhas de crédito estão apresentando maior margem para o crédito. Esta margem é influenciada, segundo o representante do banco de fomento de crédito, pelo histórico de bom pagador do pronafiano e, principalmente, pelo perfil

dele no programa. Neste ponto, é possível dialogar com as evidências de Pires (2014), visto que, se o valor das linhas de crédito tem aumentado, significa que estas linhas estão sendo direcionadas à categoria de pronafianos com maior margem de crédito e que, portanto, já apresentam melhores condições para garantir sua produção familiar⁶.

Grande parte da realidade exposta nas Tabelas 2, 3, 4 e 5 é fruto da forte intervenção dos agentes sociais vinculados ao Programa, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater PB), os bancos de fomento de crédito e a representação de classe. Cada um desses agentes possui uma visão diferenciada sobre os aspectos estruturais e operacionais do programa. Por isso, a visão deles é essencial para este estudo.

Em entrevista realizada com personagens operacionais do Pronaf na Paraíba, foi possível evidenciar alguns avanços e desafios encontrados na prática operacional do Programa. O representante da agência de fomento de crédito entrevistado (Entrev. 1) trabalha há dez anos no banco, dos quais sete ocupando a função de gerente de negócios na área do Pronaf. Para ele, o Pronaf é o carro chefe do banco. Sua experiência é direta com os agricultores familiares, já que sua atuação inclui visita aos estabelecimentos agropecuários.

Já o representante da agência de Assistência Técnica (Entrev. 2) trabalha há dez anos nesta área. Atuou, inicialmente, no Sertão da Paraíba e participou de um projeto em nível estadual para o cadastramento dos produtores rurais paraibanos. Atualmente ocupa a função de gerente do escritório da Emater de uma das regiões do estado.

6 Não se teve acesso ao nível de crédito por grupos de pronafianos, impossibilitando uma análise mais concreta do possível caráter assimétrico e regressivo das linhas de crédito do Pronaf, como defende Pires (2014).

Tabela 5 – número de operações e valor dos contratos da Região Nordeste e do estado da Paraíba entre os anos de 2004 e 2014

ANO	Total (NORDESTE)				Total (PARAÍBA)			
	Nº Operações (Total)		Valor do Contrato (Total)		Nº Operações (Total)		Valor do Contrato (Total)	
	Quant.	Taxa de variação	R\$	Taxa de variação	Quant.	Taxa de variação	R\$	Taxa de variação
2004	320103	-	R\$ 317.420.740	-	31.774	-	R\$ 31.567.783	-
2005	386258	21%	R\$ 384.148.962	21%	28.964	-9%	R\$ 28.808.475	-9%
2006	484494	25%	R\$ 524.614.142	37%	34.955	21%	R\$ 37.450.415	30%
2007	371814	-23%	R\$ 518.779.546	-1%	30.215	-14%	R\$ 42.061.144	12%
2008	251611	-32%	R\$ 355.149.861	-32%	19.185	-37%	R\$ 26.512.387	-37%
2009	277729	10%	R\$ 431.572.458	22%	22.317	16%	R\$ 34.279.180	29%
2010	296896	7%	R\$ 539.185.302	25%	26.025	17%	R\$ 47.148.570	38%
2011	328908	11%	R\$ 696.751.526	29%	29.767	14%	R\$ 63.323.055	34%
2012	337556	3%	R\$ 824.522.166	18%	31.709	7%	R\$ 77.463.623	22%
2013	365498	8%	R\$ 977.188.006	19%	35.478	12%	R\$ 92.590.819	20%
2014	353668	-3%	R\$ 1.242.613.118	27%	34.026	-4%	R\$ 116.570.080	26%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo Banco do Nordeste do Brasil.

O representante da categoria de classe (Entrev. 3) foi escolhido para a entrevista pela sua experiência e contato com os agricultores familiares, tendo em vista sua atuação na presidência do sindicato dos trabalhadores rurais há mais de seis anos.

Foi consenso entre eles que o surgimento do Pronaf representa um marco para o desenvolvimento regional. Também foi unânime a compreensão que avanços são incontestáveis, mas desafios ainda precisam ser ultrapassados.

Para o “Entrev. 2” deve-se tomar cuidado com a caracterização dos agricultores familiares, pois a generalização não é possível. Especificamente em relação aos agricultores familiares paraibanos, o entrevistado reconhece que a maioria são Pronafianos do Grupo B e possuem poucos hectares de terra, com exceção dos estabelecimentos agropecuários do Sertão do estado, que apresentam maiores extensões de terra. A produção da agricultura familiar paraibana é mista (plântio e criação), dependendo da realidade de cada município. Vale destacar o consenso entre os entrevistados em relação à interferência da longa estiagem sobre a capacidade de produção de excedente destes produtores. O “Entrev. 3”, ao ser questionado sobre a capacidade de sobrevivência do agricultor familiar paraibano na atualidade, declara:

O agricultor hoje tem dificuldade de sobrevivência, porque o sol está aí, o sol não deixa criar e cultivar. Se tivesse chovendo normalmente, seria o suficiente para sobreviver. (...) O seguro safra vem, mas nem para todos, e demora.

Segundo “Entrev. 1”, o agricultor familiar tem importância significativa na economia local dos municípios paraibanos. Neste ponto, ele corrobora com Mattei (2010) ao evidenciar a importante contribuição dos pronafianos para o PIB brasileiro. O “Entrev. 2”, seguindo o mesmo raciocínio, explica que

O produtor familiar é a base da economia, porque ele produz a matéria-prima para praticamente todos os produtos. A diversidade de alimentos produzidos na região é enorme e, diante disso, o produtor tem o poder de lubrificar a engrenagem da economia base do município (...). É comum escutar que ‘se o produtor tem dinheiro, o comércio tem dinheiro também’, até porque ele é consumidor. (...) Tudo isso alavanca o comércio (...), mas este é um ciclo vicioso que depende da chuva: um ano de chuvas normais é também um ano de fatura no mercado.

O aumento significativo das linhas de crédito é inequívoco. Nas palavras do “Entrev. 2”: “a grosso modo, o recurso não é insuficiente!”. Já o “Entrev. 1” explica que o banco de fomento de crédito trabalha com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e que, em sua vida profissional, nunca vivenciou a definição de um teto para a aplicação de recursos, havendo apenas limites mínimos por projeto.

Ao contrário do que defendem Schroder (2010) e Cazella, Capellesco e Stropasolas (2009), o “Entrev. 1” acredita que a liberação do crédito tem se tornado mais facilitada a cada ano. Este entrevistado explica que é necessária a análise de cada projeto antes da liberação do crédito, e que os recursos não são liberados de uma vez, mas à medida que as etapas do projeto são cumpridas e comprovadas. O “Entrev. 2” acredita que a necessidade de construção de um projeto não se apresenta como empecilho para o produtor ter acesso ao crédito, pois a estrutura do projeto é simples, mas concorda com os autores supracitados, que a burocratização, principalmente pelos bancos, acaba por prejudicar:

Infelizmente o maior gargalo é a burocracia que, se de um lado ela é correta para barrar algumas irregularidades, mas em outras situações acaba barrando produtores que tem condições, tem enquadramento, mas terminam ficando frustrados pela questão documental, que ainda é um grande empecilho para a gente. O processo todo não é um processo longo, mas é um processo onde uma das etapas é demorada, pois após a garantia da viabilidade técnica e econômica do projeto, deve ser encaminhada ao banco, onde entra a questão mais burocrática, mais trabalhosa que é a questão documental do programa, principalmente porque o corpo técnico das agências ainda não é adequado para garantir agilidade que nós necessitamos, pois a demanda é muito grande, mas a média de contratação gira em torno de um a dois meses, no máximo três meses.

O mesmo entrevistado explica que o grande gargalo encontrado pelos agricultores paraibanos é a questão documental, em particular, a cobrança pela escrituração dos imóveis, já que muitos não têm o documento que comprove a posse do imóvel.

Para o “Entrev. 1” a inadimplência não tem afetado a disponibilidade de crédito, até porque o seu nível

tem diminuído, principalmente, para o microcrédito rural (Pronaf B). Segundo as palavras dele:

Eu acredito que o crédito tenha avançado nos últimos anos, mas ainda há alguns desafios para o banco, existem alguns obstáculos que o banco tem trabalhado na melhoria mas a gente tem melhorado significativamente o atendimento ao produtor... a qualidade do ativo tem melhorado a cada ano. Os produtores têm, realmente, notado, verificado, que a questão do pagamento é importante e faz gerar dinheiro na economia, que eles passam a ter novos créditos, novos descontos e ele, ao ficar inadimplente no banco, o maior prejudicado é ele mesmo.

Este fato, segundo o “Entrev. 2”, está diretamente relacionado com o surgimento do Agroamigo, que garante o acompanhamento direto dos clientes, tornando mais fácil a cobrança: “então cria-se um controle, mesmo assim existe a inadimplência, pois é uma questão cultural.”

Neste ponto, a ideia de Mattei (2010) é fortalecida, pois sabe-se que a redução do índice de inadimplência não significa que a cultura do não pagamento está sendo afetada⁷. Nas palavras do “Entrev. 2”:

É uma tarefa de longo prazo e a estiagem não está ajudando, pois mesmo se o produtor tem interesse de sanar esta dívida, ele não tem recurso. A taxa de inadimplência, então, está melhorando, porque não esta mais subindo, mas também não está caindo (...) Ainda existe uma cultura de não entender a diferença do empréstimo e do financiamento. O Pronaf não é empréstimo, sim financiamento. O empréstimo garante um dinheiro não importando para o que irá usar o recurso. O financiamento é o contrário, o recurso é destinado a um fim específico... não pode haver esta confusão, pois, como ele ira pagar? O projeto foi baseado em uma capacidade de pagamento, uma viabilidade técnica e econômica, mas se for cumprido; se não, não terá condições de fazer o pagamento... uma grande maioria que desvia o crédito não paga!

7 O próprio “Entrev. 1” confessa que boa parte dos agricultores buscam realizar o pagamento em dia para garantir os descontos, que podem atingir até 40% das parcelas.

Para o “Entrev. 3”, o desconto nas parcelas pagas em dia representa o grande avanço para o nível de inadimplência, mas a cultura do não pagamento ainda existe.

A mudança mais importante que eu achei foi quando passou a pessoa a ter o rebate quando paga em dia, porque antigamente não tinha. É certo que, se você pagou em dia, terá um rebate de mil reais. É estímulo para que o trabalhador pague. (...) Hoje só não paga aquele que não quer mesmo produzir na vida, aquele que quer subir na vida e quer fazer sua produção familiar nunca deve deixar de pagar. Tem inadimplência? Tem! Em todo o canto tem inadimplência, mas é aquelas pessoas que já faz pensando que não é para pagar (...), mas quando a gente faz a DAP, emite apenas para aqueles que a gente sabe que é agricultor familiar.

Todos os entrevistados mencionaram que a conjuntura não está favorável, principalmente devido às grandes estiagens dos últimos anos. Aqui, o “Entrev. 3” corrobora com Pereira (2004) sobre a importância da atuação da Emater. Para o “Entrev. 1”, o crédito não resolve totalmente o problema para a garantia de receita futura para o agricultor.

Já o “Entrev. 2” acredita que já houve uma série de mudanças que favoreceu a consolidação de uma assistência técnica de melhor qualidade, como: infraestrutura para as visitas aos agricultores e a disponibilização de cursos de capacitação para os agentes. Para ele, a mudança mais positiva do Programa foi a questão da abrangência, pois a Emater atingiu um grau de capilaridade muito grande com o passar dos anos e, hoje, atua em 223 municípios do estado da Paraíba. Mas, o entrevistado confessa que há muito a se evoluir, principalmente em relação à equipe de profissionais.

Passamos por períodos negros, mas de seis a sete anos para cá têm mudado ... o atual governador vem visualizando que a agricultura familiar é a base da nossa economia. Hoje nós temos combustível, computadores, a manutenção acontece, então a parte de logística, não podemos nos queixar de forma alguma, nesta parte nós temos toda a condição. A questão do número de assessores já é um outro porém, pois a Emater passou um longo período sem concurso. Para se ter ideia, a Emater só teve um concurso na história dela, no qual eu ingressei. O que nós solicitamos hoje ao estado, mas que a crise econômica atual está tornando inviável, é a questão de um novo concurso público para contratação para melhorar o atendimento. Hoje nós conseguimos atender, aos trancos e barrancos, mas ainda não é a forma adequada, pois é necessário dar maior atenção (“Entrev. 2”)

O “Entrev. 3” corrobora com o “Entrev. 2” ao atestar que a equipe de profissionais da Emater não é suficiente: “Tem poucas pessoas, é muita gente para pouco técnico. Tem caso que fica um técnico para atender duas ou três cidades. Como irá funcionar?”

O desafio, para o “Entrev. 1”, está claro:

(...) os períodos de seca vem ocorrendo com maior frequência que no passado. Então o produtor não pode ter mais a certeza de que em determinado período vai chover na quantidade desejada. Nós temos que, juntamente com as empresas parceiras, encontrar maneiras para o agricultor saber conviver com esta situação. De que maneira iremos saber conviver com a estiagem prolongada? Que mecanismos iremos utilizar? Que tipo de cultura é mais apropriada? Esta é uma discussão que precisa haver... esse deve ser o maior foco.

O Quadro 1 resume a concepção dos entrevistados em relação aos principais avanços e desafios do Pronaf.

Quadro 1 – Avanços e Desafios do Pronaf, segundo “Entrev 1”; “Entrev 2”; “Entrev 3”

Avanços / Desafios	Entrevistado nº1 (Agência de Fomento de Crédito)	Entrevistado nº2 (Assistência Técnica)	Entrevistado nº3 (Representação de classe)
Avanços	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de crédito • O AgroAmigo • A Inadimplência 	<ul style="list-style-type: none"> • A Abrangência do Programa • O AgroAmigo 	<ul style="list-style-type: none"> • O montante do crédito
Desafios	<ul style="list-style-type: none"> • Novas Técnicas de convívio com a estiagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe de Assistência Técnica • A burocracia documental 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe de Assistência Técnica • Novas Técnicas de convívio com a estiagem

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas.

5 Considerações Finais

Foi possível observar, por meio do desenvolvimento desta pesquisa, que o estudo de como se deu (e ainda se dá) o processo de modernização da produção agropecuária no meio rural brasileiro, a partir dos Complexos Agroindustriais e, depois, buscando o fortalecimento da agricultura familiar, é essencial para se ter maior compreensão da realidade do meio rural brasileiro.

Não se pode negar que o Pronaf, como política pública específica para o agricultor familiar, possui o potencial de incentivar a economia local das regiões que foram historicamente excluídas do processo de modernização (conservadora) do meio rural brasileiro, como defendem Muller (2007), Mattei (1998, 2005), entre outros.

Do ponto de vista operacional, a pesquisa constatou avanços na disponibilidade de crédito, na abrangência do Programa e (apenas) na infraestrutura para o acompanhamento técnico. Mesmo assim, o desafio do desenvolvimento sustentável, principalmente diante das fortes estiagens, ainda não foi ultrapassado, e a intervenção da Assistência Técnica, para isso, deve ser aperfeiçoada.

Apesar do seu potencial e de seu desenvolvimento operacional no decorrer dos anos, o Pronaf marca, de um lado, o início do reconhecimento público sobre a importância da agricultura familiar no Brasil e, de outro, a interrupção de uma discussão mais abrangente sobre desenvolvimento agrário.

O Pronaf representa, efetivamente, uma mudança significativa na orientação das políticas públicas voltadas ao meio rural e, vale lembrar, foi fruto das próprias reivindicações dos movimentos sociais. Em sua essência, no entanto, é possível encontrar uma ideia de modernização, predominante na história da atuação pública no meio rural brasileiro, que está lon-

ge de ser consensual. Essa concepção, utilizada em discursos a favor do desenvolvimento, está baseada, fundamentalmente, no paradigma tecnológico.

Desse modo, ainda é preciso avançar na concepção dos aspectos qualitativos do desenvolvimento rural que a sociedade brasileira anseia, para possibilitar que o Pronaf avance para além de uma política agrícola. Sugere-se estudos focados nas reformas estruturais necessárias para o meio rural brasileiro, com foco nas Regiões Norte e Nordeste.

Vale destacar que a inequívoca heterogeneidade dos agricultores familiares brasileiros não possibilita generalização dos resultados a título de avanços e desafios do Pronaf e que os entrevistados foram abordados em relação à experiência de atuação do Programa especificamente na Paraíba. Logo, estudos similares em outras regiões/estados também serão bem-vindos.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. R.; SCHNEDEIDER, S. (Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural (2010). In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010, Natal. **Anais...** Natal: 2010.
- AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Agricultura familiar, crédito e mediação institucional: a experiência do PRONAF em São Miguel no Nordeste Brasileiro. **Cadernos de Desarrollo Rural**, n. 54, p. 61-85, 2005.
- BACEN. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF 10: **Finalidades dos Créditos**. 2014. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso em: 20 dez. 2014
- CAZELLA, A. A.; CAPELLESCO, A. J.; STROPASOLAS, V. L. Políticas Públicas: o rural é

mais que produzir! In: CONGRESSO DA SOBER, 47., 2009. **Anais...** Porto Alegre: 2009.

GASQUES, J. G. Transformações Estruturais da Agricultura e Produtividade Total dos Fatores. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. (Org.). **Transformações Estruturais da Agricultura e Produtividade Total dos Fatores**. Brasília: IPEA, 2001. p. 18-92.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Agricultura familiar. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

MATTEI, L. Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. In: COSTA, L. F.; SANTOS, R.. **Estudo Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 56-97, 2010.

MATTEI, L. **A evolução do emprego agrícola no Brasil**. São Paulo: ABET, 1998. p. 1-109.

_____. Impactos do PRONAF: **análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário Microcrédito Rural (Pronaf grupo B). 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/microcr%C3%A9dito-rural#sthash.zkn61PmQ.dpuf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

_____. **Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>> Acesso em: 28 dez. 2014.

_____. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: **Versão Final: 25/05/2004**. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MULLER, A. L. **A construção das políticas para a agricultura familiar no Brasil**: o caso do programa de aquisição de alimentos. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)—Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NUNES, S. P. O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar. **Deser-Boletim Eletrônico**, v. 156, p. 1-10, fev. 2007.

PEREIRA, E. Q. **Assistência técnica e extensão rural ou assessoria técnica e social? Visões opostas do apoio à agricultura familiar**. 2004. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

PIRES, M. J. de. Um estudo da estrutura e evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): 2000 a 2010. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 97-110, out./dez. 2014

SCHRODER, M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu - MG. **Seminário Temático 19**, 2010.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

TOLENTINO, M. L. D. L. **O (des)envolvimento no PRONAF**: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses. 2013. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo, 2013.

AGRADECIMENTO

Esta pesquisa foi realizada com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT), através da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).